

Edital

N.º 38/DJF-GF/2024

Pedro Gonçalo Taleo, Vereador da Câmara Municipal de Palmela, no exercício das competências que lhe foram (sub)delegadas por despacho de delegação e subdelegação de competências n.º 77/2021, de 26 de outubro, proferido nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º e 36.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, FAZ PÚBLICO que no cumprimento do disposto no artigo 114.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam notificados os proprietários/ utilizadores/ocupantes e titulares de direito real sobre o prédio urbano localizado na Rua Antnio Roldão, Lau da freguesia de Palmela, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, por despacho de 24/06/2024 e nos termos e pelos fundamentos de facto e de direito aduzidos na informação técnica deste Gabinete de 04/12/2023, comunica-se que, devem V. Exas. pronunciar-se por escrito, na qualidade de proprietários do prédio acima identificado, em sede de audiência prévia, ao abrigo do n.º 3, do art.º 106.º do DL n.º 555/99, de 16/12, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) na sua atual versão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de receção da presente notificação, sobre a intenção da Câmara Municipal de Palmela (CMP) em determinar a demolição do muro confinante com a via pública e reposição do terreno nas condições originais, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e das alíneas e) e f), do n.º 2, do art.º 102.º, e do n.º 1 do art.º 106.º do RJUE, devendo as obras de demolição ser executadas e concluídas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de receção da notificação a enviar para o efeito.

De acordo com a pronúncia técnica do Departamento de Administração Urbanística:

"Em deslocação ao local apurou-se que o muro de vedaao existente se encontra construído a cerca de 3,50m do eixo da via e não respeita a existência de uma linha de água, tendo sido colocado apenas uma manilha para passagem de águas pluviais.

Desta forma não sendo respeitado o afastamento de pelo menos 6,50m ao eixo da via, previsto na alínea b) do n.º 3, do artigo 24.º do Regulamento do PDM e ainda não tendo sido salvaguardada a existência da linha de água que atravessa a propriedade junto ao seu limite nascente/sul, não se encontram reunidas as condições para a legalização do referido muro, nos moldes em que se encontra construído."

Caso não seja dado cumprimento voluntário  ordem de demolição, incorrerão na prática de crime de desobediência, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 100.º do RJUE e art.º 348.º do Código Penal, conduzindo a CMP  reposição da legalidade, ao abrigo do n.º 4 do art.º 106.º do RJUE, tomando Posse Administrativa para demolição coerciva, conforme o disposto no art.º 107.º do RJUE, atuando por conta e a expensas do infrator, conforme o disposto no art.º 108.º do mesmo diploma.

Mais se informa que, caso pretenda esclarecimentos adicionais, atendimento ou consultar o processo supra referido, o mesmo que encontra disponível, no Gabinete de Fiscalização, aconselhando-se marcação prévia, através do contato 212 336 622.

Para constar e para os devidos efeitos legais publica-se o presente Edital, e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de uso e costume.

ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o n.º 1, do art.º 102-A, do RJUE, se for possível assegurar a conformidade das operações urbanísticas com as disposições legais e regulamentares em vigor, a câmara municipal notifica os interessados para a legalização das operações urbanísticas, fixando um prazo para o efeito, sendo que no presente caso, conforme informação do DAU tal pretensão não se configura viável.

Em caso de impossibilidade de legalização, a Câmara Municipal pode ordenar a demolição da obra e reposição do terreno nas condições anteriores ao início das obras, ao abrigo da alínea e) e f), do n.º 2, do art.º 102.º e do n.º 1, do art.º 106.º, ambos do RJUE, sendo a intenção de demolição precedida de audiência prévia, conforme o n.º 3 do art.º 106.º do RJUE.

Em caso de incumprimento da demolição pode ainda a Câmara Municipal tomar posse administrativa do prédio por forma a permitir a demolição das construções a expensas dos infratores, de acordo com o n.º 1 e o n.º 8, do art.º 107.º e com o art.º 108.º do RJUE, constituindo crime de desobediência de acordo com o art.º 100.º do RJUE, conjugado com o art.º 348.º do Código Penal.

Para constar e para os devidos efeitos legais se publica o presente Edital, e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de uso e costume.

Palmela, 25 de junho de 2024.



Pedro Taleço

Vereador

(no exercício de competência (sub) delegada
por despacho n.º 77/2021 de 26 de outubro)